

Base Nacional Comum Curricular (BNC)

Componente: Sociologia (leitura crítica)

Prof. Diogo Tourino de Sousa – Departamento de Ciências Sociais/UFV

I – Sobre a estrutura do documento:

A apresentação, na abertura do documento, dos **doze princípios orientadores** da Base Nacional Comum Curricular (p. 07-08), constitui virtuosa estratégia de demarcação da proposta. Além de firmar o sentido do documento, ao enfatizar o convívio coletivo como central nos objetivos da proposta, a BNC contempla os conteúdos da componente Sociologia. Falo, sobretudo, das noções de convívio, interação, participação, experimentação, sempre atreladas ao social, cultural e político, de forma solidária, crítica e propositiva.

Contudo, a sugestão de “**temas integradores**”, ainda que figure como tentativa de aproximação entre as diferentes áreas, sempre incorre no perigo de abrir margem para retrocessos na **demarcação de campos disciplinares**. Lembro do desafio enfrentado pela Sociologia em particular no tocante aos “**temas transversais**”, presentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Sua proposta abriu, ao longo dos anos 1990 e até a apresentação das Orientações Curriculares Nacionais, margem para que disciplinas com baixa inscrição institucional na Educação Básica fossem preteridas. Assim, formar “pensamento crítico” ou “educar para a cidadania”, por exemplo, poderiam ser temas dissolvidos nas aulas de disciplinas como Português ou Biologia.

Contrariamente, a luta pela institucionalização da Sociologia na escola reivindicou, por seu turno, sua inscrição como campo disciplinar. Tenho ciência de que esta não é a proposta do documento. Ainda assim, seu alcance cobra, já na apresentação do texto, uma aberta referência ao fato de que a “**articulação interdisciplinar consciente**” não implica eliminação dos **campos disciplinares**.

Tal lembrança se justifica pelo receio de que a proposta da BNC ocasione, num segundo momento, a retração de determinadas disciplinas, ainda que não seja essa sua intenção original.

II – Sobre o conteúdo dos textos de apresentação

Nos textos dedicados a apresentação da área de **Ciências Humanas** e do **Ensino Médio**, a componente Sociologia aparece de forma diluída, o que pode, no limite, comprometer seu sentido na Educação Básica. Refiro-me especialmente às

noções de “**estranhamento**” e “**desnaturalização**”, que aparecerão, posteriormente, no texto de apresentação da componente Sociologia. Isso porque, a proposta de uma base comum para todas as escolas corre, como é notório, o risco de cercear a autonomia individual na construção dos conteúdos. Isso levou, até o momento, o campo do ensino de Sociologia a optar pela defesa de princípios norteadores, ao invés da sugestão de conteúdos específicos.

Logo, a sugestão é que as noções que pautam o papel da Sociologia na Educação Básica (estranhamento e desnaturalização) apareçam, de alguma forma, já nos textos de apresentação, evitando que determinadas noções surjam de forma simplificada e/ou impositiva. Assim, afirmações do tipo “*o ser humano como protagonista da sua existência*” (p. 236), podem ser atenuadas, como “*questionar o que é tido como natural, imutável*”, por exemplo. Digo isso, pois, de alguma forma, o texto de apresentação das Ciências Humanas promete (ou mesmo se compromete com) **uma definição de Sociologia particular**, e não com a **ciência sociológica no geral** (por mais que essa seja uma tarefa difícil).

A defesa, no exemplo acima, de que o humano detém papel influente na construção das suas condições de vida não pode, contudo, sugerir que tal ação é consciente. Há protagonismo, por certo. Mas por vezes as transformações se dão de maneira naturalizada. Daí o papel da Sociologia como uma disciplina das Ciências Humanas que proporcionará instrumentos para que os(as) estudantes sejam capazes de questionar as ações e estruturas que os cercam. Algo que não confere aos atores, é sempre bom enfatizar, capacidade de determinar o futuro.

E isso não repousa apenas na percepção de tempo, temporalidades, espaço e espacialidades, por exemplo (p. 237). Trata-se da capacidade de **questionamento sincrônico e diacrônico do social**.

Creio que, de alguma forma, esta noção esteja presente nos **objetivos da área**. Ainda assim, entendo que seja a principal diferença e o que marca efetivamente a distinção entre a **Sociologia** (e seus campos correlatos, **Antropologia** e **Ciência Política**), e as demais disciplinas, como a **História** e **Geografia**, por exemplo. Dito de outra forma, se a **História** é capaz de promover a desnaturalização e o estranhamento **ao longo do tempo**, e a **Geografia** manifesta a mesma capacidade **ao longo do espaço**, a **Sociologia** é capaz de promover a desnaturalização e o estranhamento **no tempo e no espaço**. Esse traço precisa, a todo momento, ser enfatizado.

No tocante ao **texto de apresentação da componente Sociologia**, porém, tal demarcação é operada com louvor. Mais do que isso, avalio que o texto avança de forma feliz na sugestão de formas de articulação entre o que há de **comum** na proposta apresentada e os **eventuais elementos diversificados** que serão, na

prática escolar, somados pelos(as) docentes. Talvez, como sugestão, o texto possa investir mais neste aspecto. Isso porque, uma disciplina de baixa inscrição institucional, como é o caso da Sociologia, conta com um grande número de docentes de outras áreas ministrando seus conteúdos na escola, conforme dados divulgados pelo último Censo da Educação.

Isso, por si só, justifica a proposta avançada pela BNC, que servirá de norte para esses profissionais. Por outro lado, não podemos negligenciar a necessária mediação entre a proposta comum e as distintas realidades onde esta será operacionalizada. Nesse sentido, apresentar sugestões de como operar tal articulação pode representar um facilitador importante para os(as) docentes da Educação Básica.

III – Sobre os objetivos de aprendizagem da componente Sociologia

As escolhas operadas pelo documento foram muito felizes. De um modo geral, os objetivos de aprendizagem da componente Sociologia estão bem organizados e, conforme avalio, corretamente distribuídos nos anos do Ensino Médio.

Todavia, apresento, como sugestão, uma ênfase que avalio ser necessária, notadamente nos conteúdos do terceiro ano do Ensino Médio. Trata-se da necessidade de apresentar o **Estado brasileiro** como um organismo historicamente construído, furto de decisões específicas em contextos particulares, que respondem, com efeito, a lutas políticas concretas. Tal ênfase se justifica pelo modo como o tema vem sendo tratado pelos materiais didáticos de Sociologia, conforme excelente estudo avançado por Simone Meucci (UFPR). Em linhas gerais, a política brasileira é pensada como resultado de **formas históricas arraigadas** – patrimonialismo, personalismo, populismo etc. –, fruto do processo de colonização portuguesa, o que ocasiona nosso aprisionamento no que pode, sem medo de errar, ser definido como o “**atraso**”. Dito de outra forma, o **Estado** é apresentado numa **perspectiva culturalista**, sem que sua **dimensão institucional** seja adequadamente discutida.

Tal quadro compõe um erro grave e que contribui para a apresentação da Sociologia na Educação Básica num sentido contrário ao pretendido: ao invés de promover o estranhamento e desnaturalização, a Sociologia decanta **formas estereotipadas de comportamento** que, no limite, podem ser bem resumidas em máximas como “*brasileiro é assim mesmo...*” ou “*no Brasil é assim...*”.

Creio que apresentação da **política** como o **reino da abertura e não da determinação**, resgatando suas **possibilidades de imaginação do mundo**, de formas alternativas de organização e de projetos distintos de país seja o serviço vital a

ser prestado pela disciplina na Educação Básica. Algo que coaduna com os princípios defendidos pela BNC.

Por fim, creio que o tensionamento entre “centro” e “periferia” na própria **produção do conhecimento** figura como uma ausência relativa no documento. Imputo ser imprescindível apresentarmos o conhecimento produzido no país não apenas como algo “exótico” a ser acrescentado ao arsenal teórico dos países ditos centrais, mas sim como um **tensionamento inescapável para o andamento global das ciências sociais**. Nessa direção, conforme afirmou em certo momento Gabriel Cohn, devemos questionar a ideia de que “teoria é para os outros”, sendo a periferia apenas exportadora de matéria-prima para a aplicação da teoria importada.

Trata-se da possibilidade de difundirmos, desde o primeiro ano do Ensino Médio, a noção de que a Sociologia produzida no Brasil constitui interessante ferramenta para pensar o país, por um lado, mas também **contraponto reflexivo** para pensarmos os outros países e para eles se pensarem, por outro. De alguma forma, essa tem sido a agenda de jovens pesquisadores das ciências sociais no país, naquilo que ficou conhecido como **Pensamento Social Brasileiro**. Lembro o caso do Prof. João Marcelo Maia (CPDOC/FGV), por exemplo.